

Técnica superior na Divisão de Análise e Acompanhamento da Direção de Serviços de Participações do Estado da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (set/2009-mar/2013)

Assessora na Central de Compras da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (abr/2008-set/2009)

Técnica superior do tesouro principal no Gabinete de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado, das Parcerias Público-Privadas e das Concessões da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (set/2007-abr/2008)

Técnica superior do tesouro, no Departamento de Intervenção Financeira do Estado do Gabinete de Acompanhamento Financeiro da Direção-Geral do Tesouro (mai/2000-set/2007)

Auditora Assistente na empresa BL&C — Auditores e Consultores, L.ª, atualmente designada Mazars & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A. (set/1998-fev/2000)

Outras atividades profissionais:

Vogal do Conselho Fiscal da ANA — Aeroportos de Portugal, S. A. (triénio 2012-2014, tendo apresentado renúncia por incompatibilidade com as funções a serem desempenhadas no Conselho das Finanças Públicas, em 6 de março de 2013)

Presidente do Conselho Fiscal da NAER — Novo Aeroporto, S. A. (de 2007-2012)

Presidente da Mesa da Assembleia Geral: Hospital São Sebastião, S. A. (de 2002 a 2007) e Sociedade Imobiliária do Autódromo Fernanda Pires da Silva, S. A. (2003-2005)

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AdP — Águas de Portugal, S. A. (2005-2007)

Secretária da Mesa da Assembleia Geral: APDL — Administração dos Portos de Douro e Leixões, S. A. (de 2008 a 2012), DOCAPECA — Portos e Lotas, S. A. (2012) e EDIA — Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A. (2002-2007)

Nomeada Perita Nacional como representante de Portugal na Comissão Europeia (22 de dezembro de 2011), no âmbito do acompanhamento da transposição da Diretiva 2011/07/EU — Atrasos nos Pagamentos da Comissão Europeia

Vogal do Júri de diversos concursos de pessoal e de aquisição de bens e serviços, no Ministério da Defesa Nacional (2008-2009)

310383806

#### Despacho n.º 3367/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo a mestre Patrícia Alexandra dos Santos Antunes, Técnica Assistente do Departamento de Estatística do Banco de Portugal, para exercer as funções de Adjunta do meu Gabinete, com efeitos desde 6 de fevereiro de 2017.

2 — O estatuto remuneratório da designada é o previsto na alínea *a*) do n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo Decreto-Lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

22 de março de 2017. — O Secretário de Estado Adjunto e das Finanças, *Ricardo Emanuel Martins Mourinho Félix*.

#### Nota Curricular

Patrícia Alexandra dos Santos Antunes  
Data de nascimento: 7 de setembro de 1985  
Habilitações literárias

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (2003-2007).

Mestrado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (2007-2008).

Percurso profissional

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças (dezembro 2015 a fevereiro 2017)

Adjunta do Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças do XXI Governo Constitucional.

Banco de Portugal (setembro 2010 a novembro 2015)

Técnica superior do Núcleo de Estatísticas de Instituições Financeiras Monetárias do Departamento de Estatística. Responsável pela compilação de estatísticas de balanço e de taxas de juro das Instituições Financeiras Monetárias de acordo com a metodologia harmonizada na área euro.

Membro da equipa responsável pela compilação das contas nacionais financeiras, em particular do setor das Instituições Financeiras Monetárias.

Banco Central Europeu (julho 2013 a outubro 2013)

Destacamento de curta duração como perita nacional sobre estatísticas de taxas de juro contribuindo para a atualização de regulamentação do BCE relativa ao tema.

PricewaterhouseCoopers, SROC, Lisboa (janeiro 2008 a agosto 2010)

Auditora financeira de entidades do setor financeiro, nomeadamente instituições de crédito (banca comercial e de investimento) e fundos de investimentos, sujeitos a Normas Internacionais de Contabilidade e a Normas Internacionais de Relato Financeiro.

310383669

#### Despacho n.º 3368/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1, do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo Maria Margarida Cabral Vaz Raposo, para exercer funções de secretária pessoal no meu Gabinete, com efeitos a desde 6 de fevereiro de 2017.

2 — O estatuto remuneratório da designada é o previsto na alínea *b*) do n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º, do mesmo Decreto-Lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

22 de março de 2017. — O Secretário de Estado Adjunto e das Finanças, *Ricardo Emanuel Martins Mourinho Félix*.

#### Nota curricular

Maria Margarida Cabral Vaz Raposo nasceu em Lisboa, em 1966.

Bacharelato em Marketing e Publicidade.

Exerceu funções de Técnica de Relações Públicas, na Parque EXPO'98 e funções de Coordenadora dos Postos de Atendimento ao visitante da EXPO'98 (de 1993 a 2002)

Nomeada secretária pessoal do Ministro da Ciência e do Ensino Superior do XV Governo Constitucional;

Nomeada secretária pessoal da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional do XV Governo Constitucional;

Nomeada secretária pessoal do Secretário de Estado do Ambiente do XVI Governo Constitucional.

Nomeada secretária pessoal da Secretária de Estado do Tesouro XIX e XX Governo Constitucional.

Nomeada secretária pessoal do Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças XXI Governo Constitucional.

310383911

#### Despacho n.º 3369/2017

Ao abrigo do disposto na Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, e nos termos do Despacho n.º 8840-B/2012, de 28 de junho, alterado pelo Despacho n.º 10269/2012, de 10 de setembro, ambos publicados na 2.ª série do *Diário da República*, o Estado Português subscreveu instrumentos de capital *Core Tier 1* emitidos pelo Banco Comercial Português, S. A., com o valor nominal global de três mil milhões de euros.

Nos termos do n.º 1 do artigo 14.º-A da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, na redação atual, enquanto a instituição de crédito se encontrar abrangida pelo investimento público para reforço de fundos próprios, o Estado pode nomear, tendo em consideração o modelo de governo societário naquele vigente, um membro não executivo para o órgão de administração e ou um membro para o órgão de fiscalização.

De acordo com o preceituado no n.º 11 do Despacho n.º 8840-B/2012, de 28 de junho, foi determinado que o Estado deveria nomear dois membros não executivos do Conselho de Administração do Banco Comercial Português, S. A.

Assim, através do Despacho n.º 15463-A/2012, de 2 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 234, em 4 de dezembro de 2012, foram nomeados membros não executivos do Conselho de Administração do Banco Comercial Português, S. A., o Dr. Bernardo de Sá Braamcamp Sobral Sottomayor e o Prof. Dr. José Rodrigues de Jesus, tendo o primeiro, a seu pedido, sido exonerado pelo Despacho n.º 3398/2016, de 26 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 46, em 7 de março de 2016, e substituído pelo Dr. André Palma Mira David Nunes, conforme o Despacho n.º 15149/2016, de 2 de dezembro de 2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 240, de 16 de dezembro de 2016.

Em 9 de fevereiro de 2017, o Banco Comercial Português, S. A., reembolsou integralmente a última parcela do investimento público de que foi beneficiário, nos termos do regime acima indicado.